

Edital Verticalizado **PCM**G**** **DELEGADO**

Completo



Leilane de
Oliveira, leili.1@hotmail.com, 2025-03-01 11:33:26, SG

Jurídico, https://www.juridico.com.br

POLÍCIA CIVIL DE MINAS GERAIS | 2025

DELEGADO | PCMG

Apresentamos o Edital Verticalizado SG para a PCMG - Delegado | 2025!

Separamos e ordenamos todos os pontos do edital para que você possa organizar seus estudos, acompanhar seu progresso e focar nas áreas que exigem mais atenção.

Assim, **você** receberá os apontamentos **em todas as disciplinas para direcionar seus estudos** com o que realmente importa.

O EDITAL VERTICALIZADO SG é uma das ferramentas que compõem o MÉTODO SG do Santo Graal Jurídico para o Concurso Público para Ingresso na carreira de Delegado de Minas Gerais – 2025

Clique no item para ser
direcionado à página
correspondente 

L

C

D

A

Z

Y

04 DIREITO ADMINISTRATIVO

07 LEI ORGÂNICA DA POLÍCIA CIVIL DE MG

10 DIREITO CONSTITUCIONAL

13 DIREITO CIVIL

14 DIREITO PENAL E PENAL EXTRAVAGANTE

20 DIREITO PROCESSUAL PENAL E P. PENAL EXTRAVAGANTE

26 DIREITOS HUMANOS

28 MEDICINA LEGAL

30 CRIMINOLOGIA

Leilane de Oliveira, leili.1@hotmail.com 2025-03-01 11:33:26, SG Jurídico, https://sgjuridico.com.br
Edital Verticalizado
DIREITO ADMINISTRATIVO

| TEMAS | ESTUDO LEI SECA | ESTUDO JURIS/SUM | ESTUDO DOCTRINA | REVISÃO | SIMULADOS | % ACERTOS |
|--|-----------------|------------------|-----------------|---------|-----------|-----------|
| 1.1. Natureza jurídica e conceito. 1.1.2. Objeto e abrangência. 1.1.3. Princípios constitucionais do Direito Administrativo Brasileiro. | | | | | | |
| 1.2. Administração Pública. 1.2.1. Conceito. 1.2.2. Regimes Público e Privado na Administração Pública. 1.2.3. Regime Jurídico Administrativo. 1.2.4. Princípios da Administração Pública. 1.2.5. Organização Administrativa: 1.2.5.1. Centralização, descentralização, desconcentração. 1.2.5.2. Administração direta, Administração indireta e Entidades Paraestatais. 1.2.5.3. Autarquias. 1.2.5.4. Fundações Públicas. 1.2.5.5. Empresas públicas e sociedades de economia mista. 1.2.5.6. Parcerias entre a Administração Pública e o Terceiro Setor. | | | | | | |
| 1.3. Servidores Públicos. 1.3.1. Agentes públicos. 1.3.2. Classificação dos agentes públicos. 1.3.3. Os servidores estatais na CR/88. 1.3.4. Os cargos públicos. 1.3.5. Provimento em cargo público: Conceito e formas. 1.3.6. Deveres e responsabilidades dos servidores públicos estatutários. 1.3.7. Sindicância e Processo administrativo. | | | | | | |
| 1.4. Poderes da Administração Pública. 1.4.1. Poder vinculado. 1.4.2. Poder discricionário. 1.4.3. Poder normativo ou Poder regulamentar. 1.4.4. Poder hierárquico. 1.4.5. Poder disciplinar. 1.4.6. Poder de polícia. | | | | | | |

04

Leilane de Oliveira, leili.1@hotmail.com 2025-03-01 11:33:26, SG Jurídico, https://sgjuridico.com.br
Edital Verticalizado
DIREITO ADMINISTRATIVO

| TEMAS | ESTUDO LEI SECA | ESTUDO JURIS/SUM | ESTUDO DOCTRINA | REVISÃO | SIMULADOS | % ACERTOS |
|--|-----------------|------------------|-----------------|---------|-----------|-----------|
| 1.5. Atos Administrativos. 1.5.1. Conceito. 1.5.2. Classificação. 1.5.3. Atributos. 1.5.4. Elementos ou requisitos. 1.5.5. Discricionariedade e vinculação. 1.5.6. Espécies de atos administrativos. 1.5.7. Extinção. 1.5.8. Convalidação. 1.5.9. Conversão. | | | | | | |
| 1.6. Controle da Administração Pública. 1.6.1. Conceito. 1.6.2. Classificação das formas de controle. 1.6.3. Controle administrativo. 1.6.4. Controle legislativo. 1.6.5. Controle judicial. | | | | | | |
| 1.7. Responsabilidade Extracontratual do Estado. 1.7.1. Conceito. 1.7.2. Evolução. 1.7.3. Responsabilidade Objetiva da Administração Pública (art. 37, §6º da CR/88). 1.7.4. Responsabilidade Subjetiva da Administração Pública. 1.7.5. Causas Excludentes e atenuantes da responsabilidade. 1.7.6. Responsabilidade do Estado por atos legislativos. 1.7.7. Responsabilidade do Estado por atos jurisdicionais. 1.7.8. Reparação do dano. | | | | | | 05 |
| 1.8. Constituição da República Federativa do Brasil: art. 37 ao art.43. | | | | | | |
| 1.9. Constituição do Estado de Minas Gerais: art. 13 ao art. 38. | | | | | | |
| 1.10. Lei Complementar Estadual nº 129/2013 - Lei Orgânica da Polícia Civil (atualizada) | | | | | | |

Leilane de Oliveira, leili.1@hotmail.com 2025-03-01 11:33:26, SG Juridico, https://sgjuridico.com.br
Edital Verticalizado
DIREITO ADMINISTRATIVO

| TEMAS | ESTUDO LEI SECA | ESTUDO JURIS/SUM | ESTUDO DOCTRINA | REVISÃO | SIMULADOS | % ACERTOS |
|--|-----------------|------------------|-----------------|---------|-----------|-----------|
| 1.11. Lei Estadual nº 5.406/69 – Lei Orgânica da Polícia Civil (parcialmente revogada); Regime disciplinar (Art. 142 ao art. 205). | | | | | | |
| 1.12. Decreto Estadual nº 46.549/2014 (Regulamento do Plano de Carreira dos Policiais Civis do Estado de Minas Gerais). | | | | | | |
| 1.13. Lei Federal nº 8.429/92 (atualizada). | | | | | | |
| 1.14. Lei Federal nº 9.784/99 (atualizada). | | | | | | |
| 1.15. Lei Federal nº 12.016/2009 (atualizada). | | | | | | |
| 1.16. Lei Federal nº 13.303/2016 (atualizada). | | | | | | |

06

Edital Verticalizado

LEI ORGÂNICA DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

| TEMAS | ESTUDO LEI SECA | ESTUDO JURIS/SUM | ESTUDO DOUTRINA | REVISÃO | SIMULADOS | % ACERTOS |
|--|-----------------|------------------|-----------------|---------|-----------|-----------|
| 2.1 Lei Estadual n.º 5.406, de 16 de dezembro de 1969: 2.1.1 Livro V - Estatuto do servidor policial 2.1.1.1 Título XVII - Regime Disciplinar 2.1.1.1.1 Capítulo I - Transgressões Disciplinares 2.1.1.1.1 Seção I – Classificação 2.1.1.1.2 Seção II - Causas e Circunstâncias que Influem no Julgamento 2.1.1.1.2 Capítulo II – Penalidades 2.1.1.3 Capítulo III - Competência para Imposição de Penalidades 2.1.1.4 Capítulo IV - Prisão Administrativa e Suspensão Preventiva 2.1.1.5 Capítulo V – Procedimento Administrativo 2.1.1.5.1 Seção I - Instauração do Processo 2.1.1.5.2 Seção II - Sindicância 2.1.1.5.3 Seção III - Comissões Processantes Permanentes 2.1.1.6 Capítulo VI - Atos e Termos Processuais 2.1.1.7 Capítulo VII - Processo por Abandono de Cargo ou Função 2.1.1.8 Capítulo VIII - Revisão de Processo Administrativo | | | | | | |
| 2.2 Lei Complementar Estadual n.º 129, de 08 de novembro de 2013 2.2.1 Título I - Disposições Gerais 2.2.1.1 Capítulo I - Disposições Preliminares 2.2.1.2 Capítulo II - Da Competência 2.2.2 Título II – Da Organização 2.2.2.1 Capítulo I - Da Estrutura Orgânica 2.2.2.2 Capítulo II - Da Administração Superior 2.2.2.2.1 Seção I - Da Chefia da PCMG 2.2.2.2.2 Seção II - Da Chefia Adjunta da PCMG 2.2.2.2.3 Seção III - Do Conselho Superior da PCMG | | | | | | |

Edital Verticalizado

LEI ORGÂNICA DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

| TEMAS | ESTUDO LEI SECA | ESTUDO JURIS/SUM | ESTUDO DOUTRINA | REVISÃO | SIMULADOS | % ACERTOS |
|--|-----------------|------------------|-----------------|---------|-----------|-----------|
| 2.2.2.2.3.1 Subseção I - Do Órgão Especial 2.2.2.2.3.2 Subseção II - Da Câmara Disciplinar 2.2.2.2.3.3 Subseção III - Da Câmara de 51 Planejamento e Orçamento 2.2.2.2.4 Seção IV - Da Corregedoria-Geral de Polícia Civil 2.2.2.3 Capítulo III - Da Administração 2.2.2.3.1 Seção I - Do Gabinete da Chefia da PCMG 2.2.2.3.2 Seção II - Da Academia de Polícia Civil 2.2.2.3.3 Seção IV - Da Superintendência de Investigação e Polícia Judiciária 2.2.2.3.4 Seção V - Da Superintendência de Informações e Inteligência Policial 2.2.2.3.5 Seção VI - Da Superintendência de Polícia Técnico-Científica 2.2.2.3.6 Seção VII - da Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças 2.2.3 Título III - Do Estatuto dos Policiais Civis 2.2.3.1 Capítulo I - Das Prerrogativas 2.2.3.2 Capítulo II - Dos Direitos 2.2.3.2.1 Seção I - Dos Direitos dos Policiais Civis 2.2.3.2.2 Seção II - Das Indenizações e das Gratificações 2.2.3.3 Capítulo III - Da Remoção 2.2.3.4 Capítulo IV - Do Regime de Trabalho do Policial Civil 2.2.3.5 Capítulo V - Das Licenças, dos Afastamentos e das Disponibilidades 2.2.3.5.1 Seção I - Das Licenças 2.2.3.5.2 Seção II - Dos Afastamentos e das Disponibilidades 2.2.3.6 Capítulo VI - Da Aposentadoria, dos Proventos e da Pensão Especial 2.2.3.6.1 Seção I - Da Aposentadoria 2.2.3.6.2 Seção II - Dos Proventos 2.2.3.6.3 Seção III - Da Pensão Especial | | | | | | |

08

Edital Verticalizado

LEI ORGÂNICA DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

| TEMAS | ESTUDO LEI SECA | ESTUDO JURIS/SUM | ESTUDO DOUTRINA | REVISÃO | SIMULADOS | % ACERTOS |
|---|-----------------|------------------|-----------------|---------|-----------|-----------|
| 2.2.4 Título IV - Das Carreiras Policiais Civis 2.2.4.1 Capítulo I - Disposições Gerais 2.2.4.2 Capítulo II - Do Ingresso 2.2.4.3 Capítulo III - Do Estágio Probatório 2.2.4.4 Capítulo IV - Do Desenvolvimento na Carreira 2.2.4.5 Capítulo V - Do Adicional de Desempenho 2.2.5 Título V - Disposições Finais 2.2.6 Anexo I (a que se refere o art. 77 da Lei Complementar nº129, de 8 de novembro de 2013) 2.2.7 Anexo II (a que se refere o § 1º do art. 79 da Lei Complementar nº 129, de 8 de novembro de 2013) 2.2.8 Anexo III (a que se refere o art. 108 da Lei Complementar nº 129, de 8 de novembro de 2013) | | | | | | 09 |

Leilane de Oliveira, leili.1@hotmail.com 2025-03-01 11:33:26, SG Jurídico, https://sgjuridico.com.br
Edital Verticalizado
DIREITO CONSTITUCIONAL

| TEMAS | ESTUDO LEI SECA | ESTUDO JURIS/SUM | ESTUDO DOCTRINA | REVISÃO | SIMULADOS | % ACERTOS |
|---|-----------------|------------------|-----------------|---------|-----------|-----------|
| 3.1 Constituição: Conceito, concepções, teorias e classificação. | | | | | | |
| 3.2 Teoria das normas constitucionais: Conceito, classificação e aplicabilidade. | | | | | | |
| 3.3 Hermenêutica, interpretação e aplicação da Constituição. 3.3.1 Princípios e regras de interpretação da Constituição. 3.3.1.1 Interpretação conforme a Constituição: com redução do texto e sem redução do texto. 3.3.1.2. A nova interpretação constitucional. O novo Direito Constitucional Brasileiro | | | | | | |
| 3.4 Dinâmica constitucional: recepção, desconstitucionalização e repristinação. Mutação constitucional. | | | | | | |
| 3.5 Teoria do Poder Constituinte: Originário, Derivado e Decorrente. 3.5.1 Reforma e Revisão Constitucional. | | | | | | |
| 3.6 A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. | | | | | | |
| 3.7 Preâmbulo, normas programáticas e princípios fundamentais da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 3.7.1 Forma de Estado e de Governo, Sistema de Governo e Regime Político. | | | | | | |

Leilane de Oliveira, leili.1@hotmail.com 2025 03-01 11:33:26, SG Jurídico, https://sgjuridico.com.br
Edital Verticalizado
DIREITO CONSTITUCIONAL

| TEMAS | ESTUDO LEI SECA | ESTUDO JURIS/SUM | ESTUDO DOCTRINA | REVISÃO | SIMULADOS | % ACERTOS |
|---|-----------------|------------------|-----------------|---------|-----------|-----------|
| 3.7.2 Estado Democrático de Direito: Fundamento, conceito e implicações. 3.7.3 Dos Direitos e Garantias Fundamentais. 3.7.3.1 Direitos e Deveres Individuais e Coletivos. 3.7.3.1.1 Fundamentos constitucionais e doutrinários dos princípios da legalidade e isonomia. 3.7.3.1.2 Regime constitucional da propriedade. 3.7.3.1.3 Tutela Constitucional das Liberdades: Habeas Corpus, Habeas Data, Ação Civil Pública, Ação Popular, Mandado de Segurança Individual e Coletivo, Mandado de Injunção, Direito de Petição. 3.7.3.2 Direitos Sociais. 3.7.3.3 Nacionalidade. 3.7.3.4 Direitos Políticos. | | | | | | |
| 3.8 Da Organização do Estado: Organização Político Administrativa da República Federativa do Brasil. 3.8.1 União, Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios. 3.8.2 Da intervenção federal e dos Estados nos Municípios. 3.8.3 Da Administração Pública: Princípios constitucionais e servidores públicos. | | | | | | |
| 3.9 Da Organização dos Poderes: Estrutura e Competência. 3.9.1 Poder Legislativo. 3.9.1.1 Do Processo Legislativo. 3.9.1.1.1 Judicialização do processo legislativo. 3.9.2 Poder Executivo. 3.9.3 Poder Judiciário. 3.9.3.1 Do Conselho Nacional de Justiça. | | | | | | |

Leilane de Oliveira, leili.1@hotmail.com 2025 03-01 11:33:26, SG Jurídico, https://sgjuridico.com.br
Edital Verticalizado
DIREITO CONSTITUCIONAL

| TEMAS | ESTUDO LEI SECA | ESTUDO JURIS/SUM | ESTUDO DOCTRINA | REVISÃO | SIMULADOS | % ACERTOS |
|---|-----------------|------------------|-----------------|---------|-----------|-----------|
| 3.10 Funções essenciais à Justiça. 3.10.1 Do Ministério Público. 3.10.2 Da Advocacia Pública. 3.10.3 Da Advocacia e da Defensoria Pública. | | | | | | |
| 3.11 Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. 3.11.1 Do estado de defesa e do estado de sítio. 3.11.2 Das Forças Armadas. 3.11.3 Da Segurança Pública. | | | | | | |
| 3.12 Jurisdição constitucional e controle de constitucionalidade. 3.12.1 Teoria do Controle de Constitucionalidade: os sistemas Austríaco e Norte-Americano. 3.12.1.1 Controle difuso. 3.12.1.2 Controle concentrado. 3.12.1.3 Ações e processamento no Supremo Tribunal Federal: Leis nº 9.868/99 e nº 9.882/99. 3.12.1.3.1 Ação Direta de Inconstitucionalidade. 3.12.1.3.2 Ação Direta de Inconstitucionalidade por 52 Omissão. 3.12.1.3.3 Ação Declaratória de Constitucionalidade. 3.12.1.3.4 Arguição por Descumprimento de Preceito Fundamental. | | | | | | |
| 3.13 A Constituição do Estado de Minas Gerais de 1989. 3.13.1 Dos Serviços Públicos. 3.13.2 Dos Servidores Públicos. 3.13.2.1 Dos Servidores Policiais Civis e dos Militares do Estado. 3.13.3 Da segurança do cidadão e da sociedade. 3.13.3.1 Da Defesa Social. 3.13.3.2 Da Segurança Pública. | | | | | | |

Edital Verticalizado

DIREITO CIVIL

Leilane de

2025-03-01 11:33:26, SG

Oliveira, leili.1@hotmail.com
Juridico, https://sgjuridico.com.br

| TEMAS | ESTUDO LEI SECA | ESTUDO JURIS/SUM | ESTUDO DOCTRINA | REVISÃO | SIMULADOS | % ACERTOS |
|---|-----------------|------------------|-----------------|---------|-----------|-----------|
| 4.1. Direito Civil: 4.1.1. Lei de introdução às normas do direito brasileiro. 4.1.2. Vigência, aplicação, obrigatoriedade. 4.1.3. Conflito das leis no tempo. 4.1.4. Eficácia das leis no espaço. | | | | | | |
| 4.2. Pessoas naturais. 4.2.1. Conceito. 4.2.2. Início da pessoa natural. 4.2.3. Personalidade. 4.2.4. Capacidade. 4.2.5. Direitos da personalidade. 4.2.6. Domicílio. | | | | | | |
| 4.3.3. Pessoas jurídicas. 4.3.1. Disposições Gerais. 4.3.2. Constituição. 4.3.3. Extinção | | | | | | |
| 4.4. Bens imóveis, móveis e públicos. | | | | | | |
| 4.5. Fato jurídico. | | | | | | |
| 4.6. Prescrição. 4.6.1. Disposições gerais. | | | | | | |
| 4.7. Decadência. | | | | | | |
| 4.8. Responsabilidade civil objetiva e subjetiva. 4.8.1. Obrigação de indenizar. 4.8.2. Dano material. 4.8.3. Dano moral. | | | | | | |
| 4.9. Lei nº 8.078/1990. 4.9.1. Consumidor. 4.9.2. Fornecedor | | | | | | |
| 4.10. Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso). 4.10.1. Disposições preliminares. 4.10.2. Direitos fundamentais. | | | | | | |

Edital Verticalizado

DIREITO PENAL E LEGISLAÇÃO PENAL EXTRAVAGANTE

| TEMAS | ESTUDO LEI SECA | ESTUDO JURIS/SUM | ESTUDO DOCTRINA | REVISÃO | SIMULADOS | % ACERTOS |
|--|-----------------|------------------|-----------------|---------|-----------|-----------|
| 5.1. Conceito, funções e características do Direito Penal. Evolução do Direito Penal e do Direito Penal brasileiro. Fontes e princípios do Direito Penal. Doutrinas, escolas e tendências penais . Direito penal do fato e do autor. Direito penal do inimigo. | | | | | | |
| 5.2. Teoria da norma penal. Lei penal: fontes, características, interpretação, integração, vigência e aplicação. A lei penal no tempo e no espaço. A lei penal em relação às pessoas. Conflito aparente de normas. | | | | | | |
| 5.3. Teoria do crime: conceito de crime, evolução histórica e principais sistemas. Bem jurídico. Dano e perigo. Teoria da conduta . Condutas comissivas e omissivas. Classificação das infrações penais. | | | | | | |
| 5.4. Teoria do tipo penal. Classificações. Tipicidade. Tipos dolosos e culposos. Fases de realização do crime. Consumação e tentativa. Exaurimento. Desistência voluntária, arrependimento eficaz e arrependimento posterior. Crime impossível. Relação de causalidade. Imputação. Imputação objetiva. | | | | | | |
| 5.5. Ilicitude e causas excludentes. Culpabilidade e dirimentes. Imputabilidade penal. Erro de tipo e de proibição. | | | | | | |

Edital Verticalizado

DIREITO PENAL E LEGISLAÇÃO PENAL EXTRAVAGANTE

| TEMAS | ESTUDO LEI SECA | ESTUDO JURIS/SUM | ESTUDO DOCTRINA | REVISÃO | SIMULADOS | % ACERTOS |
|--|-----------------|------------------|-----------------|---------|-----------|-----------|
| 5.6. Do concurso de pessoas. | | | | | | |
| 5.7. Teoria geral das penas. Penas em espécie. Aplicação, dosimetria e regime de cumprimento das penas. Suspensão condicional da Pena. Livramento condicional. Efeitos da condenação. Reabilitação. | | | | | | |
| 5.8. Medidas de segurança. | | | | | | |
| 5.9. Concurso de crimes. Erro na execução e resultado diverso do pretendido. Limites das penas. | | | | | | |
| 5.10. Ação penal. | | | | | | |
| 5.11. Extinção da punibilidade. | | | | | | |
| 5.12. Crimes contra a pessoa | | | | | | |
| 5.13. Crimes contra o patrimônio. Dos crimes contra a propriedade imaterial. | | | | | | |
| 5.14. Crimes contra a organização do trabalho. Crimes contra o sentimento religioso e o respeito aos mortos. | | | | | | |
| 5.15. Crimes contra a dignidade sexual | | | | | | |
| 5.16. Crimes contra a família | | | | | | |

15

Edital Verticalizado

DIREITO PENAL E LEGISLAÇÃO PENAL EXTRAVAGANTE

| TEMAS | ESTUDO LEI SECA | ESTUDO JURIS/SUM | ESTUDO DOCTRINA | REVISÃO | SIMULADOS | % ACERTOS |
|---|-----------------|------------------|-----------------|---------|-----------|-----------|
| 5.17. Crimes contra a incolumidade pública | | | | | | |
| 5.18. Crimes contra a paz pública. Crimes contra a fé pública | | | | | | |
| 5.19. Crimes contra a administração pública | | | | | | |
| 5.20. Legislação Penal Extravagante: 5.20.1. Princípios básicos. 5.20.2. Aplicação da lei penal. 5.20.3. A lei penal no tempo e no espaço. 5.20.4. Tempo e lugar do crime. | | | | | | |
| 5.21. Territorialidade e extraterritorialidade da lei penal. | | | | | | |
| 5.22. Crimes. 5.22.1. Classificação. 5.22.2. O fato típico e seus elementos. 5.22.3. Crime consumado e tentado. 5.22.4. Desistência voluntária e arrependimento eficaz. 5.22.5. Crimes impossíveis. 5.22.6. Dolo e culpa. 5.22.7. Erro. 5.22.8. Ilicitude e causas de exclusão. 5.22.9. Excesso punível. 5.22.10. Culpabilidade. 5.22.11. Concurso de pessoas. 5.22.12. Concurso de crimes. | | | | | | |
| 5.23. Pena: espécies e aplicação. 5.23.1. Extinção da punibilidade. | | | | | | |
| 5.24. Crimes em Espécie; 5.24.1. Crimes contra a pessoa; 5.24.2. Crimes contra o patrimônio; 5.24.3. Crimes contra a Propriedade Imaterial; 5.24.4. Crimes contra a Dignidade Sexual; | | | | | | |

Edital Verticalizado

DIREITO PENAL E LEGISLAÇÃO PENAL EXTRAVAGANTE

| TEMAS | ESTUDO LEI SECA | ESTUDO JURIS/SUM | ESTUDO DOCTRINA | REVISÃO | SIMULADOS | % ACERTOS |
|--|-----------------|------------------|-----------------|---------|-----------|-----------|
| 5.24.5. Crimes contra a Incolumidade Pública; 5.24.6. Crimes contra a Paz Pública; 5.24.7. Crimes contra a Fé Pública; 5.24.8. Crimes contra a Administração Pública. | | | | | | |
| 5.25 Lei nº 13.869/10 (Lei de Abuso de Autoridade). Lei nº 7.492/86 (atualizada) – Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional. Lei nº 14.133/21 (atualizada) – Lei de Licitações. Lei nº 9.296/96 (atualizada) – Interceptação de Comunicações Telefônicas. Lei nº 53.945/97 (atualizada) – Lei de Tortura. Lei nº 9.503/97 (atualizada) – Código de Trânsito Brasileiro. Lei nº 9.605/98 (atualizada) – Lei do Meio Ambiente. Lei nº 9.613/98 (atualizada) - Lei de Lavagem e Ocultação de Bens, Direitos e Valores. Lei nº 11.340/06 (atualizada) - Lei para coibir a Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – Lei Maria da Penha. Lei nº 11.343/06 (atualizada) - Lei Antidrogas. Lei nº 12.850/13 (atualizada) - Crime Organizado. Lei nº 8.137/1990 e suas alterações (Crimes contra a ordem econômica e tributária e as relações de consumo); Lei nº 9.296/1996 e suas alterações (Lei de Interceptação Telefônica); Lei nº 9.503/1997 e suas alterações (CTB); Lei nº 10.826/2003 e suas alterações (Estatuto do Desarmamento); Lei nº 12.850/2013 e suas alterações (Crime Organizado);Lei nº 13.869/2019 e suas alterações | | | | | | |

Edital Verticalizado

DIREITO PENAL E LEGISLAÇÃO PENAL EXTRAVAGANTE

| TEMAS | ESTUDO LEI SECA | ESTUDO JURIS/SUM | ESTUDO DOCTRINA | REVISÃO | SIMULADOS | % ACERTOS |
|--|-----------------|------------------|-----------------|---------|-----------|-----------|
| (Lei de Abuso de Autoridade); Decreto-lei n. 3.688/1941 (Lei das Contravenções Penais). Lei nº 1.521/1951 (Crimes contra a economia popular). Lei n. 2.889/1956 (Crime de genocídio). Lei n. 4.737/1965 (Código Eleitoral). Crimes de responsabilidade (Decreto-Lei n. 201/1967, Lei n. 1.079/1950 e Lei n. 8.176/1991). Lei n. 6.766/1979 (Parcelamento do Solo Urbano). Lei n. 7.492/1986 (Crimes contra o sistema Financeiro Nacional). Lei n. 7.716/1989 (Crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor). Lei n. 8.072/1990 (Crimes hediondos). 13.12 Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Lei n. 8.078/1990 (Código de proteção e defesa do consumidor). Lei n. 8.176/1991 (Crimes contra a ordem econômica). Lei n. 8.906/1994 (Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil). Lei n. 9.279/1996 (Propriedade industrial). Lei n. 9.434/1997 (Remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento). Lei n. 9.609/1998 (Propriedade intelectual de programa de computador). Lei 10.741/2003 (Crimes cometidos contra idosos). Lei n. 11.105/2005 (Organismos geneticamente modificados – OGM). | | | | | | |

Edital Verticalizado

DIREITO PENAL E LEGISLAÇÃO PENAL EXTRAVAGANTE

| TEMAS | ESTUDO LEI SECA | ESTUDO JURIS/SUM | ESTUDO DOCTRINA | REVISÃO | SIMULADOS | % ACERTOS |
|--|-----------------|------------------|-----------------|---------|-----------|-----------|
| <p>Lei n. 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Racial). Lei n. 12.984/2014 (Discriminação dos portadores do vírus da imunodeficiência humana - HIV e doentes de aids). Lei n. 13.146/2015 (Crimes previstos no Estatuto da Pessoa com Deficiência). Lei n. 13.260/2016 (Terrorismo). Lei n. 13.431/2017 (sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência). Lei n. 14.597/2023 (Lei Geral do Esporte). 13.41. Lei n. 14.344, de 24 de maio de 2022 (Lei Henry Borel).</p> | | | | | | |

Edital Verticalizado

DIREITO PROCESSUAL PENAL E LEGISLAÇÃO PROCESSUAL PENAL EXTRAVAGANTE

| TEMAS | ESTUDO LEI SECA | ESTUDO JURIS/SUM | ESTUDO DOCTRINA | REVISÃO | SIMULADOS | % ACERTOS |
|--|-----------------|------------------|-----------------|---------|-----------|-----------|
| 6.1 Sistemas processuais. 6.1.1 Inquisitivo. 6.1.2 Acusatório. 6.1.3 Misto | | | | | | |
| 6.2 Princípios Jurídicos e Políticos do Processo Penal. | | | | | | |
| 6.3 Interpretação da Lei Processual Penal. | | | | | | |
| 6.4 Aplicação da Lei Processual Penal no Tempo e no Espaço. | | | | | | |
| 6.5. Inquérito policial: 6.5.1 Histórico; 6.5.2. natureza; 6.5.3. conceito; 6.5.4. finalidade; 6.5.5. características; 6.5.6. fundamento; 6.5.7. titularidade; 6.22.8. grau de cognição; 6.22.9. valor probatório; 6.5.10. formas de instauração; 6.5.11. notitia criminis; 6.5.12. delatio criminis; 6.5.13. procedimentos investigativos; 6.5.14. indiciamento; 6.5.15. garantias do investigado; conclusão. | | | | | | |
| 6.6 Prisão Provisória. 6.6.1 Prisão em Flagrante. 6.6.2 Prisão Preventiva. 6.6.3 Prisão Temporária. | | | | | | |
| 6.7 Liberdade Provisória. 6.7.1 Liberdade Permitida e Liberdade Vedada. 6.7.2 Liberdade Provisória com fiança. 6.7.3 Liberdade Provisória sem fiança. 6.7.4 Liberdade Obrigatória e Termo de Compromisso de Comparecimento | | | | | | |

Edital Verticalizado

DIREITO PROCESSUAL PENAL E LEGISLAÇÃO PROCESSUAL PENAL EXTRAVAGANTE

| TEMAS | ESTUDO LEI SECA | ESTUDO JURIS/SUM | ESTUDO DOCTRINA | REVISÃO | SIMULADOS | % ACERTOS |
|---|-----------------|------------------|-----------------|---------|-----------|-----------|
| 6.8 Medidas cautelares. 6.8.1 Prisão domiciliar 6.8.2 Comparecimento periódico em juízo. 6.8.3 Proibição de acesso e frequência a determinado lugares. 6.8.4 Proibição de manter contato com determinada pessoa. 6.8.5 Proibição de ausentar da comarca. 6.8.6 Recolhimento domiciliar. 6.8.7 Suspensão do exercício de função pública ou de atividade econômica/financeira. 6.8.8 Internação provisória. 6.8.9 Fiança. 6.8.10 Monitoração eletrônica | | | | | | |
| 6.9 Ação Penal. 6.9.1 Classificação e Titularidade. 6.9.2 Condições. 6.9.3 Decadência, prescrição, perempção, renúncia, perdão e preclusão. | | | | | | |
| 6.10 Sujeitos Processuais. 6.10.1 Juiz. 6.10.2 Ministério Público. 6.10.3 Acusado e seu Defensor. | | | | | | |
| 6.11 Jurisdição e Competência. 6.11.1 Competência ratione loci. 6.11.2 Competência ratione materiae. 6.11.3 Competência ratione personae. 6.11.4 Conexão e Continência. 6.11.5 Foro Prevalente. | | | | | | |
| 6.12 Procedimentos Comuns e Especiais. | | | | | | |
| 6.13 Justiça Penal Consensual. 6.13.1 Juizado Especial Criminal, Código de Trânsito Brasileiro, Meio Ambiente, Lei de Drogas, Processos de Competência Originária. 6.13.2 Institutos Despenalizadores. | | | | | | |

Edital Verticalizado

DIREITO PROCESSUAL PENAL E LEGISLAÇÃO PROCESSUAL PENAL EXTRAVAGANTE

| TEMAS | ESTUDO LEI SECA | ESTUDO JURIS/SUM | ESTUDO DOCTRINA | REVISÃO | SIMULADOS | % ACERTOS |
|--|-----------------|------------------|-----------------|---------|-----------|-----------|
| 6.13.2.1 Transação Penal. 6.13.2.2 Composição Civil Extintiva de Punibilidade. 6.13.2.3 Suspensão Condicional do Processo. 6.13.2.4 Acordo de Não Persecução Penal. | | | | | | |
| 6.14 Sentenças | | | | | | |
| 6.15 Prova. 6.15.1 Provas Lícitas. 6.15.2 Provas Ilegítimas. 6.15.3 Quebra de Sigilos Constitucionalmente Protegidos. | | | | | | |
| 6.16 Nulidades. | | | | | | |
| 6.17 Recursos. 6.17.1 Recursos em Geral. 6.17.2 Recursos em Espécie. | | | | | | |
| 6.18 Questões e Processos Incidentes. 6.18.1 Prejudiciais e Exceções. 6.18.2 Suspeição e Impedimento. 6.18.3 Conflito de Jurisdição. 6.18.4 Medidas assecuratórias. 6.18.5 Incidente de insanidade mental. | | | | | | |
| 6.19 Atos de Comunicação Processual. 6.19.1 Citação, intimação e notificação. | | | | | | |
| 6.20 Execução Penal | | | | | | |
| 6.21 Legislação Processual Penal Extravagante. Lei nº 7.492/86 (atualizada) – Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional. | | | | | | |

Edital Verticalizado

DIREITO PROCESSUAL PENAL E LEGISLAÇÃO PROCESSUAL PENAL EXTRAVAGANTE

| TEMAS | ESTUDO LEI SECA | ESTUDO JURIS/SUM | ESTUDO DOCTRINA | REVISÃO | SIMULADOS | % ACERTOS |
|--|-----------------|------------------|-----------------|---------|-----------|-----------|
| <p>Lei nº 8.038/90 (atualizada) – processos perante o Superior Tribunal de Justiça. Lei nº 8.666/93 (atualizada) – Lei de Licitações. Lei nº 9.099/95 e 10.259/2001 (atualizadas) – Juizados Especiais Cíveis e Criminais. Lei nº 9.296/96 (atualizada) – Interceptação de Comunicações Telefônicas. Lei nº 9.455/97 (atualizada) – Lei de Tortura. Lei nº 9.503/97 (atualizada) – Código de Trânsito Brasileiro. Lei nº 9.605/98 (atualizada) – Lei do Meio Ambiente. Lei nº 9.613/98 (atualizada) - Lei de Lavagem e Ocultação de Bens, Direitos e Valores. Lei nº 11.340/06 (atualizada) - Lei para coibir a Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – Lei Maria da Penha. Lei nº 11.343/06 (atualizada) - Lei Antidrogas. Lei nº 12.830/2013 (atualizada) – Lei da Investigação Criminal. Lei nº 12.850/13 (atualizada) - Crime Organizado.</p> | | | | | | |
| <p>6.22. Legislação Processual Penal: 6.22.1 Prova. 6.22.2. Preservação de local de crime. 6.22.3. Requisitos e ônus da prova. 6.22.4. Nulidade da prova. 6.22.5. Documentos de prova. 6.22.6. Reconhecimento de pessoas e coisas. 6.22.7. Acareação. 6.22.8. Indícios.</p> | | | | | | |

Edital Verticalizado

DIREITO PROCESSUAL PENAL E LEGISLAÇÃO PROCESSUAL PENAL EXTRAVAGANTE

| TEMAS | ESTUDO LEI SECA | ESTUDO JURIS/SUM | ESTUDO DOCTRINA | REVISÃO | SIMULADOS | % ACERTOS |
|---|-----------------|------------------|-----------------|---------|-----------|-----------|
| 6.22.9. Busca e apreensão. 6.22.10. Restrição de liberdade. 6.22.11. Prisão em flagrante. 6.22.12. Prisão preventiva. 6.22.13. Liberdade Provisória. 6.22.14. Cautelares diversas. | | | | | | |
| 6.23. Legislação Extravagante: 6.23.1. Leis penais e processuais penais especiais: Lei nº 7.210/1984 e suas alterações (Execução Penal); 6.23.2. Lei nº 8.072/1990 e suas alterações (Lei de Crimes Hediondos); 6.23.3. Lei nº 8.137/1990 e suas alterações (Crimes contra a ordem econômica e tributária e as relações de consumo); 6.24.4. Lei nº 9.296/1996 e suas alterações (Lei de Interceptação Telefônica); 6.23.5. Lei nº 9.503/1997 e suas alterações (CTB); 6.23.6. Lei nº 10.826/2003 e suas alterações (Estatuto do Desarmamento); 6.23.7. Lei nº 11.340/2006 e suas alterações (Lei Maria da Penha); 6.23.8. Lei nº 11.343/2006 e suas alterações (LAD); 6.23.9. Lei nº 12.850/2013 e suas alterações (Crime Organizado); 6.23.10. Lei nº 13.869/2019 e suas alterações (Lei de Abuso de Autoridade); 6.23.11. Lei nº 13.964/2019 e suas alterações (Pacote Anticrime). 6.23.12. Lei nº 1.521/1951 (Crimes contra a economia popular). 6.23.13. Lei n. 2.889/1956 (Crime de genocídio). 6.23.14. Lei n. 4.737/1965 (Código Eleitoral). 6.23.15. Crimes de responsabilidade (Decreto-Lei n. 201/1967, Lei n. 1.079/1950 e Lei n. 8.176/1991). | | | | | | |

Edital Verticalizado

DIREITO PROCESSUAL PENAL E LEGISLAÇÃO PROCESSUAL PENAL EXTRAVAGANTE

| TEMAS | ESTUDO LEI SECA | ESTUDO JURIS/SUM | ESTUDO DOCTRINA | REVISÃO | SIMULADOS | % ACERTOS |
|---|-----------------|------------------|-----------------|---------|-----------|-----------|
| 6.23.16. Lei n. 8.072/1990 (Crimes hediondos). 6.23.17. Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). 6.23.18. Lei n. 8.078/1990 (Código de proteção e defesa do consumidor). 6.23.19. Lei n. 8.176/1991 (Crimes contra a ordem econômica). 6.23.20. Lei n. 8.906/1994 (Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil). 6.23.21. Lei 10.741/2003 (Crimes cometidos contra idosos). 6.23.22. Lei n. 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Racial). 6.23.23. Lei n. 13.146/2015 (Crimes previstos no Estatuto da Pessoa com Deficiência). 6.23.24. Lei n. 13.260/2016 (Terrorismo). 6.23.25. Lei n. 13.431/2017 (sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência). 6.23.26. Lei n. 14.597/2023 (Lei Geral do Esporte). 6.23.27. Lei n. 14.344, de 24 de maio de 2022 (Lei Henry Borel). 6.23.28. Lei n. 7.960/1989 (Lei da prisão temporária). 6.23.29. Lei nº 14.133/21 (atualizada) – Lei de Licitações. | | | | | | |

25

Edital Verticalizado
DIREITOS HUMANOS

Leilane de Oliveira, leili.1@hotmail.com 2025-03-01 11:33:26, SG Jurídico, https://sgjuridico.com.br

| TEMAS | ESTUDO LEI SECA | ESTUDO JURIS/SUM | ESTUDO DOCTRINA | REVISÃO | SIMULADOS | % ACERTOS |
|--|-----------------|------------------|-----------------|---------|-----------|-----------|
| 7.1 Teoria Geral dos Direitos Humanos. | | | | | | |
| 7.2 O processo histórico de construção e afirmação dos Direitos Humanos. | | | | | | |
| 7.3 Hermenêutica jurídica dos Direitos Humanos. | | | | | | |
| 7.4 Democracia, cidadania e Direitos Humanos. | | | | | | |
| 7.5 Direitos Humanos, minorias e grupos vulneráveis: mulheres, idosos, crianças e adolescentes, povos indígenas e comunidades tradicionais, pessoa com deficiência, LGBTQIA+, refugiados. | | | | | | |
| 7.6 A estrutura normativa do sistema global e do sistema interamericano de proteção dos Direitos Humanos | | | | | | |
| 7.7 A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 55 e os Direitos Humanos. 7.7.1 O processo de democratização nacional e os Direitos Humanos. 7.7.2 A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e os tratados internacionais de proteção dos Direitos Humanos. | | | | | | |

Leilane de Oliveira, leili.1@hotmail.com 2025-03-01 11:33:26, SG Juridico, https://sgjuridico.com.br
Edital Verticalizado
DIREITOS HUMANOS

| TEMAS | ESTUDO LEI SECA | ESTUDO JURIS/SUM | ESTUDO DOCTRINA | REVISÃO | SIMULADOS | % ACERTOS |
|---|-----------------|------------------|-----------------|---------|-----------|-----------|
| 7.8 Política Nacional de Direitos Humanos. | | | | | | |
| 7.9 Educação e cultura em Direitos Humanos. | | | | | | |
| 7.10 Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). | | | | | | |
| 7.11 Segurança Pública e Direitos Humanos. | | | | | | |

Edital Verticalizado
MEDICINA LEGAL

Leilane de Oliveira, leili.1@hotmail.com 2025-03-01 11:33:26, SG Jurídico, https://sgjuridico.com.br

| TEMAS | ESTUDO LEI SECA | ESTUDO JURIS/SUM | ESTUDO DOCTRINA | REVISÃO | SIMULADOS | % ACERTOS |
|--|-----------------|------------------|-----------------|---------|-----------|-----------|
| 8.1 Perícias e Peritos. 8.1.1 Documentos médico-legais. 8.1.2 Quesitos oficiais. 8.1.3 Perícias médicas. 8.1.4 Ética médica e pericial. 8.1.5 Legislação sobre perícias médico-legais | | | | | | |
| 8.2 Antropologia Médico-legal. 8.2.1 Identidade e identificação. 8.2.2 Identificação judiciária. | | | | | | |
| 8.3 Traumatologia Médico-legal. 8.3.1 Lesões corporais sob o ponto de vista jurídico. 8.3.2 Energias de Ordem Mecânica. 8.3.3 Energias de Ordem Química, cáusticos e venenos, embriaguez, toxicomanias. 8.3.4 Energias de Ordem Física: Efeitos da temperatura, eletricidade, pressão atmosférica, radiações, luz e som. 8.3.5 Energias de Ordem Físico-Química: Asfixias em geral. Asfixias em espécie: por gases irrespiráveis, por monóxido de carbono, por sufocação direta, por sufocação indireta, por afogamento, por enforcamento, por estrangulamento, por esganadura, por soterramento e por confinamento. 8.3.6 Energias de Ordem Biodinâmica e Mistas. | | | | | | |
| 8.4 Tanatologia Médico-legal. 8.4.1 Tanatognose e crontanatognose. 8.4.2 Fenômenos cadavéricos. 8.4.3 Necropsia, necroscopia. 8.4.4 Exumação. 8.4.5 "Causa mortis". 8.4.6 Morte natural e morte violenta. 8.4.7 Direitos sobre o cadáver | | | | | | |

Leilane de Oliveira, leili.1@hotmail.com 2025-03-01 11:33:26, SG Jurídico, https://sgjuridico.com.br
Edital Verticalizado
MEDICINA LEGAL

| TEMAS | ESTUDO LEI SECA | ESTUDO JURIS/SUM | ESTUDO DOCTRINA | REVISÃO | SIMULADOS | % ACERTOS |
|--|-----------------|------------------|-----------------|---------|-----------|-----------|
| 8.5 Sexologia Médico-legal. 8.5.1 Crimes contra a dignidade sexual e provas periciais. 8.5.2 Gravidez, parto, puerpério, aborto, infanticídio. 8.5.3 Reprodução assistida. 8.5.4 Transtornos da sexualidade e da identidade sexual. | | | | | | |
| 8.6 Psicopatologia Médico-legal. 8.6.1 Imputabilidade penal e capacidade civil. 8.6.2 Limite e modificadores da responsabilidade penal e capacidade civil. 8.6.3 Repercussões médico-legais dos distúrbios psíquicos. 8.6.4 Simulação, dissimulação e supersimulação. 8.6.5 Embriaguez alcoólica. 8.6.6 Alcoolismo. 8.6.7 Aspectos jurídicos. 8.6.8 Toxicofilia. | | | | | | 29 |

Leilane de Oliveira, leili.1@hotmail.com, 2023-03-01 11:33:26, SG Juridico, https://sgjuridico.com.br
Edital Verticalizado
CRIMINOLOGIA

| TEMAS | ESTUDO LEI SECA | ESTUDO JURIS/SUM | ESTUDO DOCTRINA | REVISÃO | SIMULADOS | % ACERTOS |
|--|-----------------|------------------|-----------------|---------|-----------|-----------|
| 9.1 Criminologia. 9.1.1 Conceito, objeto, classificação e finalidade da criminologia. 9.1.2 Método da Criminologia. | | | | | | |
| 9.2 Criminologia, dogmática e política criminal. | | | | | | |
| 9.3 Objetos da criminologia: delito, delinquente, vítima e controle social. | | | | | | |
| 9.4 Funções da criminologia. | | | | | | |
| 9.5 Modelos teóricos da criminologia. 9.5.1 Escolas criminológicas ou discursos criminológicos: teorias tradicionais e teorias críticas. | | | | | | 30 |
| 9.6 Vitimologia. 9.6.1 Conceito, fases, processo de vitimização, revitimização, conceito de vítima, classificação das vítimas, Síndromes de Estocolmo, de Londres, da mulher de pontifar, Fenômeno de Escotoma, vitimologia e violência doméstica. | | | | | | |
| 9.7 Processos de criminalização: primária, secundária e terciária. 9.7.1 Cifra Negra, Dourada, Cinza, Amarela, Verde, Filtros propostos. | | | | | | |

Edital Verticalizado
CRIMINOLOGIA

| TEMAS | ESTUDO LEI SECA | ESTUDO JURIS/SUM | ESTUDO DOCTRINA | REVISÃO | SIMULADOS | % ACERTOS |
|--|-----------------|------------------|-----------------|---------|-----------|-----------|
| 9.8 Criminologia contemporânea, criminologia cultural, criminologia queer, criminologia feminista e criminologia racial. | | | | | | |
| 9.9 Criminologia clínica. | | | | | | |
| 9.10 Prevenção da infração penal no Estado Democrático de Direito. 9.10.1. Prevenção primária. 9.10.2 Prevenção secundária. 9.10.3 Prevenção terciária. | | | | | | |
| 9.11 Mídia e criminalidade: novas mídias e novas tecnologias. | | | | | | |
| 9.12 Criminalidade de massa e criminalidade organizada. | | | | | | |
| 9.13 Bullying. Assédio moral. Stalking. | | | | | | |
| 9.14 Sistema de Justiça Criminal: Polícia, Ministério Público e Poder Judiciário. 9.14.1 Segurança pública. 9.14.2 Criminologia e o papel da Polícia Judiciária. 9.14.3 Criminologia da intervenção policial. 9 | | | | | | |
| 9.15 Discursos punitivos. 9.15.1 Tolerância zero. 9.15.2 Direito penal do inimigo. 9.15.3 Política criminal atuarial. | | | | | | |
| 9.16 Abolicionismo e direito penal mínimo. | | | | | | |